

Museu em movimento: experiências de acessibilidade¹

Museum in motion: accessibility experiences

Enviado em: 28-10-2025

Aceito em: 21-06-2026

Maria Eugenia Lopes dos Santos²

Gerson Machado³

Resumo

Este artigo analisa experiências de musealização da Arqueologia e acessibilidade no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ). A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso descritivo de abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa documental e análise empírico-visual. O projeto envolveu a formação atitudinal da equipe e a construção participativa de recursos comunicacionais e táteis junto à comunidade de pessoas com deficiência. Os resultados destacam a implementação de kits didáticos, cubos de autorregulação para neurodivergentes, livros e audiovisuais acessíveis. Tais dispositivos promoveram a cidadania cultural e o acesso multissensorial ao patrimônio, atendendo à Lei Brasileira de Inclusão. Conclui-se que a construção coletiva de experiências inclusivas qualifica o atendimento institucional e amplia o alcance do conhecimento científico, consolidando o museu como um ambiente universalmente acessível e socialmente engajado.

Palavras-chave: museus; pessoas com deficiência; acessibilidade.

Abstract

This article analyzes experiences of Archaeology museumification and accessibility at the Sambaqui Archaeological Museum of Joinville (MASJ). The research is characterized as a descriptive case study with a qualitative approach, based on documentary research and empirical-visual analysis. The project involved the attitudinal training of the team and the participatory construction of communicational and tactile resources together with the community of people with disabilities. The results highlight the implementation of educational kits, self-regulation cubes for neurodivergent people, accessible books, and audiovisual materials. Such devices promoted cultural citizenship and multisensory access to heritage, complying with the Brazilian Inclusion Act. It is concluded that the collective construction of inclusive experiences qualifies institutional

¹ Artigo relacionado ao projeto “50 anos de atendimento educativo no Sistema Expositivo do MASJ: acessibilidade e fortalecimento das ações de difusão do Conhecimento Científico”. Financiado pelo CNPq processo 407483/2022-5 -

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Bolsista ADC-1C vinculada ao projeto CNPq processo 407483/2022-5.. E-mail: mariaeugenia.psico@gmail.com.

³ Doutor em História pela UFSC; educador do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville; Coordenador do projeto CNPq processo 407483/2022-5. E-mail: toundemachado@gmail.com

service and expands the reach of scientific knowledge, consolidating the museum as a universally accessible and socially engaged environment

Keywords: Museums. People with disabilities. Accessibility

Introdução

O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) iniciou sua trajetória de atendimento sistemático a pessoas com deficiência (PCD) no ano de 2004, quando atualizou e adaptou a exposição itinerante “Afinal, o que é Arqueologia?”, tornando-a parcialmente acessível. Essa exposição circulou por diversos espaços (museus, escolas, empresas e associações, entre outros) dentro e fora da cidade. A proposta envolveu diferentes entidades de assistência a PCDs, o que otimizou a criação e a disponibilização de recursos de acessibilidade. Desde então, com o apoio de projetos e financiamentos, a busca por tornar o espaço acessível e inclusivo passou a integrar a rotina institucional.

Atualmente, por meio de um projeto de acessibilidade e divulgação científica⁴, o MASJ conseguiu ampliar e implantar novas ferramentas para assegurar às pessoas com deficiência o direito à cultura, considerando a acessibilidade em seus aspectos atitudinal, arquitetônico, socioeconômico e estético. O desenvolvimento do projeto mobilizou a equipe técnica e funcional do museu, parceiros externos e contou com o olhar atento das próprias comunidades de PCDs. Neste artigo, apresentamos o tema sem a pretensão de esgotar a discussão sobre os conceitos de acessibilidade e inclusão. Tais noções se desenvolveram e se modificaram ao longo do tempo, entre diferentes culturas e temporalidades. Essa trajetória histórica contribuiu diretamente para as reflexões realizadas pelo MASJ para e com as pessoas com deficiência.

Assim, em um primeiro momento, apresentamos uma breve revisão de como as pessoas com deficiência eram inseridas na sociedade no Brasil e no mundo, e como as legislações, os diferentes modelos de debate sobre a deficiência e os movimentos sociais contribuíram para que esse público conquistasse o direito ao usufruto dos espaços culturais.

No segundo momento, o artigo conduz o leitor a um universo museal específico: o MASJ. Trata-se de uma instituição que tem como missão “Contribuir para o avanço do conhecimento sobre o patrimônio cultural visando o estabelecimento de

⁴ Projeto CNPq processo 407483/2022-5 “50 anos de atendimento educativo no Sistema Expositivo do MASJ: acessibilidade e fortalecimento das ações de difusão do Conhecimento Científico”

uma relação preservacionista dinâmica e interativa entre o patrimônio e a sociedade” (JOINVILLE, 2010). Diante dessa perspectiva e tendo em conta a trajetória institucional — na qual a limitação de insumos técnicos e financeiros é um dado sempre presente — a estratégia de captação de recursos para o financiamento de projetos que aliam a pesquisa científica, sua divulgação e sua apropriação social torna-se um fundamento essencial para o cumprimento exitoso de sua função social.

É evidente que o MASJ não constitui um caso isolado; todavia, o empenho de sua equipe para sanar as lacunas institucionais é um fator importante a ser considerado. Nesse sentido, o relato de experiência apresentado mais adiante visa não apenas o registro histórico, mas também a provocação e o compartilhamento de saberes que possam inspirar e mobilizar a sociedade para a otimização de ações inclusivas e de seus resultados. Para tanto, é necessário ressaltar que esta apresentação parte de um acúmulo de vivências de profissionais que atuam no museu por um longo período. A equipe técnica da instituição é longa, contando com profissionais que atuam, em muitos casos, há mais de trinta anos na casa. É desse repositório mnemônico e profissional, aliado aos olhares cruzados com outras vivências advindas de parceiros, instituições e da interação com grupos de pessoas com deficiência, que emerge o resultado empírico desta construção de um saber-fazer museológico.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza aplicada, estruturada sob a forma de um relato de experiência associado a um estudo de caso descritivo. Os procedimentos foram operacionalizados em três etapas sinérgicas: i) o levantamento bibliográfico e a formação conceitual/atitudinal da equipe do museu; ii) a construção participativa dos kits didáticos e recursos museográficos junto a pesquisadores e à comunidade de pessoas com deficiência; e iii) a avaliação empírica da eficácia dos dispositivos implementados. A análise dos resultados apoia-se na triangulação entre as diretrizes legais vigentes, o referencial teórico do modelo social da deficiência e o retorno prático observado na rotina da instituição.

Breve histórico no mundo e no Brasil

Do ponto de vista legal, o Brasil apresenta uma legislação avançada no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Lei nº 13.146/2015) proíbe qualquer forma de discriminação, enfatiza a igualdade de condições e determina a remoção de barreiras nos âmbitos educacional, da saúde, do esporte, do lazer, do trabalho, da assistência e da

convivência comunitária e cultural. Desse modo, a normativa desafia a sociedade a romper com o preconceito, criando acessibilidade para indivíduos com deficiências físicas, sensoriais, intelectuais e psicossociais (Gesser & Moraes, 2023).

De acordo com o artigo 42 da LBI, a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Portanto, deve-se garantir a esse público o acesso, em formatos acessíveis, a bens culturais, programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades artísticas e desportivas. Adicionalmente, assegura-se o acesso a monumentos e locais de relevância cultural, bem como a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais (Lei nº 13.146/2015). Evidentemente, a legislação por si só não basta para aproximar esse grupo desses espaços e produtos; faz-se necessária a implementação de camadas de recursos que garantam a fruição plena e com o máximo possível de autonomia.

O texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), assinado em Nova York em 2007, foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro com equivalência de emenda constitucional pelo Decreto Legislativo nº 186 de 2008. A Convenção tem como propósito “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (Brasil, 2008). Sob essa ótica internacional, o documento define as pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Compreender que a deficiência reside na interação com as barreiras do ambiente — e não estritamente no sujeito — exige olhar para o passado a fim de apreender como se constituiu a trajetória de exclusão e inclusão dessa parcela da população, bem como a evolução de suas nomenclaturas. Esse percurso histórico pode ser narrado sob diferentes prismas. Sob uma perspectiva tradicional de organização do pensamento, tal processo se estende desde a Antiguidade até a contemporaneidade (Rosseto et al., 2006). Segundo Pereira e Saraiva (2017), no Egito Antigo as deficiências eram interpretadas por médicos a partir de vieses espirituais, sendo frequentemente associadas à possessão por espíritos malignos ou ao pagamento de pecados de vidas pregressas. Embora as autoras apontem que as deformidades corporais não fossem bem aceitas pela sociedade egípcia, em casos excepcionais os próprios soberanos manifestavam limitações físicas, a exemplo de Tutancâmon (1341 a.C. – 1323 a.C.). Na Grécia Antiga, por sua vez, a pólis de Esparta adotava práticas eugênicas: crianças

nascidas com alguma alteração funcional eram lançadas ao abismo e aos mares após o julgamento de uma comissão de anciãos ou do próprio pai (Garcia, 2010; Moisés & Stockman, 2020). Prática semelhante ocorria entre os romanos, que asseguravam o direito à vida prioritariamente aos recém-nascidos sem deformidades perceptíveis, vistos como futuros indivíduos capazes de contribuir socialmente.

Com a ascensão do cristianismo no mundo ocidental, durante a Idade Média, esse segmento populacional passou a ser encarado como criatura de Deus e merecedor de amparo. Práticas de assistência foram adotadas pela maioria dos senhores feudais que, gradativamente, perceberam a utilidade dessas pessoas no trabalho e na produção agrícola (Garcia, 2010). Contudo, essa aparente aceitação convertia-se no confinamento institucionalizado, cujo objetivo, embora pautado no acolhimento e no cuidado, também visava esconder e isolar o indivíduo divergente (Pereira & Saraiva, 2017).

No período do Renascimento, apesar do surgimento dos primeiros atendimentos médicos especializados e do aumento dos registros de trabalhadores com deficiência, o preconceito estrutural persistiu. Disseminava-se a crença de que crianças com malformações eram desprovidas de humanidade, e a tese de possessões demoníacas continuava defendida pela alta sociedade e por intelectuais da época. Paralelamente, "taxas de caridade" foram instituídas entre os séculos XV e XVII na Inglaterra para subsidiar entidades hospitalares e casas de assistência (Pereira & Saraiva, 2017), período que também testemunhou o desenvolvimento de aparatos técnicos de suporte, tais como cadeiras de rodas, bengalas e próteses primitivas (Garcia, 2010).

A partir do século XIX, a responsabilidade pelo bem-estar e pela proteção social desses grupos começou a ser timidamente reconhecida pelo Estado. No século XX, os Estados Unidos implementaram medidas de moradia e subsídio para marinheiros e fuzileiros que adquiriram limitações físicas em cenários pós-guerra; dinâmica similar ocorreu na Europa, onde abrigos voltados a idosos, cegos, surdos e mutilados de combate passaram a operar (Pereira & Saraiva, 2017). Todavia, esse avanço coexistiu com a barbárie: na Alemanha nazista de Hitler, pessoas com deficiência foram sistematicamente submetidas a experimentos desumanos e ao extermínio eugênico (Garcia, 2010).

No Brasil Colônia (1530-1822), a oscilação entre exclusão, eliminação e acolhimento também se fez presente. Entre os povos originários, a depender da etnia, ocorriam tanto sacrifícios quanto a supervalorização mística de indivíduos com deficiência. Ademais, as torturas e punições severas infligidas a negros escravizados pelos senhores de engenho — com a anuência velada da Igreja — tornaram-se causas

preponderantes para a aquisição de sequelas físicas crônicas (Garcia, 2010; Pereira & Saraiva, 2017). Já no Brasil Império (1822-1889), as primeiras tentativas de escolarização formal surgiram sob uma forte ótica médica e por iniciativa isolada de educadores sensibilizados pela temática. Tais ações, contudo, eram restritas, e o Estado não previa a consolidação de políticas públicas estruturadas (Drago & Gabriel, 2023). Em 1835, registrou-se uma tentativa pioneira de incluir essa pauta na legislação nacional por meio de um projeto de lei que propunha a criação do cargo de professor de primeiras letras para surdos, proposta que acabou rejeitada (Jannuzi, 2004).

Em 1854, o imperador Dom Pedro II fundou o Instituto dos Meninos Cegos⁵, posteriormente denominado Instituto Benjamin Constant (IBC). Em 1857, por meio da Lei nº 939, instituiu-se o Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Tanto o IBC quanto o INES traçaram objetivos voltados à instrução elementar, oferecendo serviços que transcendiam os cuidados asilares e caritativos tradicionais, embora ainda sem uma articulação voltada à formação profissional ampla dessa população (Moisés & Stockman, 2020).

Com a Proclamação da República (1889), as ações assistenciais se intensificaram, impulsionadas pelo retorno de soldados mutilados da Primeira Guerra Mundial, o que forçou o poder público a adotar providências de caráter médico-reabilitar (Garcia, 2010). Na década de 1930, em consonância com a expansão escolar e a consolidação dos direitos trabalhistas, emergiu em Minas Gerais a pesquisa pioneira em psicologia e educação voltada a estudantes com deficiência. Simultaneamente, o cenário nacional foi marcado pela ascensão do movimento higienista — que almejava a construção de uma nação biologicamente forte — e pelo ideário do escolanovismo, que propunha uma educação laica e gratuita. Ambas as correntes, paradoxalmente, caminharam para um modelo educacional pautado na homogeneidade, na normalidade estatística e no determinismo social⁶ (Moisés & Stockman, 2020).

Na década de 1950, o debate sobre o direito à educação ganhou novos espaços por meio de fóruns e encontros de especialistas, evoluindo para a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), na qual essa população é reconhecida como detentora de direitos específicos voltados à integração comunitária. Destacam-se o artigo 4º, que assegura o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência [...]”, e o artigo 59, que normatiza estratégias e recursos didáticos voltados a esse atendimento.

⁵ Decreto 1428/1854.

⁶ Apesar da ideia de democratização da educação, tais modelos reforçam a marginalização de pessoas com deficiência, pois consideravam o caráter biológico ao invés do caráter social e econômico, colocando pessoas com e sem deficiência em pé de desigualdade.

Durante a ditadura militar (1964-1985) — período marcado pelo autoritarismo de Estado, cassações e violência política —, observou-se, no campo institucional, a transição gradativa do modelo estritamente médico-clínico para o modelo educacional de ensino voltado a alunos com deficiência. Nessa conjuntura, a LDB anterior (Lei nº 5.692/1971) previu o "tratamento especial" para os então denominados "excepcionais". Paralelamente, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), vigente entre 1973 e 1986, foi instituído com o propósito de expandir e qualificar o atendimento a esse grupo.

Apesar dessas alterações estruturais, nem a LDB de 1971 nem o CENESP lograram organizar um sistema de ensino genuinamente inclusivo. Ao contrário, reforçou-se o encaminhamento sistemático de estudantes para classes e escolas especiais, conferindo às políticas um caráter marcadamente assistencialista e fragmentado. Com a redemocratização, as pesquisas acadêmicas no campo da Educação ressurgiram com vigor, empenhadas em romper com a segregação e em promover a inclusão escolar a partir de premissas pautadas na dialética e na alteridade (Moisés & Stockman, 2020).

Modelo biomédico e modelo social

Diante do breve histórico apresentado, percebe-se que as pessoas com deficiência vivenciaram esse conceito de forma oscilante: ora a deficiência foi encarada como uma maldição ou fenômeno sobrenatural, ora foi aceita parcialmente, mas quase sempre compreendida a partir de estereótipos (Moisés & Stockman, 2020). Presume-se, portanto, que o processo de exclusão e inclusão desse segmento não constitui uma trajetória linear ou contínua de integração, uma vez que as percepções sociais se alteram substancialmente de acordo com as especificidades de cada tempo e espaço (Garcia, 2010).

Segundo o modelo biomédico, a deficiência reduzia-se a um catálogo de doenças e lesões intrínsecas ao corpo do indivíduo, sem considerar as relações de desigualdade impostas a um organismo com impedimentos. Sob essa ótica, a deficiência é estudada como uma anomalia estritamente individual (Alves & Moraes, 2019; Diniz, Barbosa & Santos, 2009), na qual a presença de barreiras ambientais acaba por converter o corpo lesionado em um corpo incapaz (Mello, Aydos & Schuch, 2022). Desse modo, sustenta-se uma relação mecânica de causalidade e dependência entre o impedimento biológico e a desvantagem social. Consequentemente, em vez de oferecer

tratamentos dignos e reabilitação emancipatória, esse modelo historicamente legitimou práticas de enclausuramento e opressão (Diniz, 2007; Diniz et al., 2009).

Por outro lado, o modelo social da deficiência a define como o resultado da interação entre os indivíduos e o ambiente, sendo efeito de uma estrutura social pouco inclusiva que oprime a diversidade dos corpos⁷. A partir dessa vertente, a deficiência passa a ser discutida como uma questão de direitos e de justiça social (Alves & Moraes, 2019), deslocando o foco para a experiência da desigualdade que só se manifesta devido à insensibilidade coletiva aos diferentes modos de vida.

O modelo social emergiu como uma alternativa para romper com o ciclo de segregação e opressão, propondo que, para além do suporte biomédico, adotem-se ações políticas capazes de denunciar a ideologia opressora, superando a mera medicalização da lesão (Diniz, 2007), dispondo-se a pensar os diferentes tipos de deficiências, como físicas, mentais, intelectuais e sensoriais, entendendo-as como parte da identidade do sujeito, das vivências de um corpo com deficiência e das necessidades que surgem com tais diferenças (Foresti; Bousfield, 2022).

Nesse sentido, Diniz et al. (2009) apontam que a restrição à participação plena e efetiva do sujeito decorre do choque entre as características de seu corpo e as barreiras sociais. Assim, compreende-se que a experiência da deficiência não decorre das sequelas ou lesões em si — inclusive as cognitivas e sensoriais —, mas sim de um ambiente hostil e excludente. Portanto, as causas da segregação não devem ser buscadas nas patologias individuais, mas nas barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais que impedem a locomoção e a inserção social. Sob esse prisma, o conceito ganha um caráter eminentemente político, expressando as desvantagens geradas socialmente (Diniz, 2007). Como reflexo dessa politização, a própria terminologia sofreu modificações históricas com o intuito de educar e conscientizar a sociedade, deixando em desuso expressões pejorativas, agressivas⁸ ou incompatíveis⁹ com as premissas do modelo social.

O termo “pessoa com deficiência”, adotado na atualidade, carrega objetivos políticos e éticos bem delimitados: evitar a camuflagem da condição; expor a realidade com dignidade; valorizar as diferenças e as demandas específicas; combater neologismos que tentam diluir as barreiras; e defender a igualdade substancial,

⁷ O modelo social da deficiência, pensado na segunda metade do século XX com maior preponderância, surgiu a partir de movimentos sociais de pessoas com deficiência na África do Sul e em países de língua inglesa, como o Reino Unido, com objetivo de participar de decisões políticas que envolviam seus corpos e vidas e por definir a deficiência como uma questão política, tornando o modelo social resistência ao modelo médico.

⁸ Como aleijado; débil-mental; retardado; manco; mongoloide.

⁹ Pessoa portadora de deficiência; pessoa com necessidades especiais; pessoa com deficiência.

exigindo, assim, a equiparação de oportunidades por meio do atendimento às necessidades individuais e do reconhecimento de direitos específicos, visando mitigar ou erradicar a exclusão nos espaços públicos (Sassaki, 2003).

Museu, acessibilidade e inclusão: experiências de acessibilidade em um museu de arqueologia

Com a presente contribuição, pretende-se ancorar a discussão deste tema considerando que o conceito de acessibilidade — mais especificamente em suas dimensões cultural, atitudinal e estética — integra a definição de museu em sua mais recente elaboração, formulada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2022).

Na década de 1980, Marlene Suano (1986) destacou a importância de conceber o museu como um ente vivo, plural e natural, acessível a toda a comunidade. Historicamente, o espaço museal foi projetado e oferecido de forma restrita às elites e aos intelectuais; ou seja, apenas uma parcela reduzida da sociedade usufruía desses locais, e ainda assim de maneira contida, neutra e com pouca interação. A preocupação trazida pela autora quanto ao privilégio do “ver” em detrimento do “incorporar, digerir, criar” (Suano, 1986, p. 87) é constantemente repensada e transformada a partir das demandas de inclusão que tensionam os espaços museológicos na atualidade.

Em 2007, o ICOM definia o museu como uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, incumbida de adquirir, conservar, investigar, comunicar e expor o patrimônio material e imaterial da humanidade para fins de educação, estudo e deleite. Entretanto, a partir de 2022, o órgão atualizou sua diretriz, passando a estabelecer que:

[O] museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos¹⁰ (ICOM, 2022).

Desse modo, o museu consolida-se como uma instituição estruturalmente acessível e inclusiva, que tem o dever de fomentar a diversidade e a sustentabilidade, além de proporcionar, por meio da participação comunitária, experiências voltadas à

¹⁰ Definição aprovada em 24 de agosto de 2022 durante a Conferência Geral do ICOM, em Praga - República Checa.

educação, à fruição e à partilha de saberes. No cenário nacional, o desafio de universalizar o atendimento a todos os públicos ampara-se também na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 (Estatuto de Museus), que preconiza a universalidade do acesso, o respeito e a valorização da diversidade cultural (artigo 2º, inciso V)¹¹.

Historicamente, o termo acessibilidade originou-se na década de 1940, sendo inicialmente empregado por profissionais de reabilitação física para designar as condições de ingresso de pessoas com lesões ou sequelas motoras. Em meados dos anos 1980, o conceito expandiu-se, passando a enfatizar a superação de barreiras ambientais de forma ampla (Freitas, 2023). Com a promulgação da LBI, o ordenamento jurídico brasileiro convencionou, em seu artigo 3º, que a acessibilidade representa a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação [...]”. Complementarmente, o artigo 53 a define como um direito fundamental que garante a vida independente e o pleno exercício da cidadania e da participação social.

No âmbito executivo, o Decreto Federal nº 5.296/2004 caracteriza essa garantia por meio da eliminação de barreiras atitudinais, físicas, arquitetônicas, informacionais e comunicacionais. Posteriormente, o Decreto Federal nº 6.949/2009 promulgou o texto da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cujo artigo 9º exige a adoção de medidas apropriadas para assegurar a independência e a inserção integral desses indivíduos em todos os aspectos da vida. Compreende-se, portanto, que o conceito envolve dimensões culturais, sociais e políticas intrinsecamente ligadas a práticas inclusivas e antidiscriminatórias (Cardoso, 2012). Nessa mesma linha regulatória, a Associação Brasileira de Normas Técnicas estabelece que a acessibilidade é a:

(...) possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT NBR 9050/2020, p. 2).

¹¹ No artigo 29, aborda-se que “os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação”. O artigo 35 traz que “os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos na forma da legislação vigente”.

Na tentativa de oportunizar o contato com seu público de forma equânime, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) desenvolveu uma experimentação cultural, estética e atitudinal voltada à criação de dispositivos inclusivos em seu espaço. Por acessibilidade atitudinal, entende-se o processo de desconstrução de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações nas relações humanas. Em instituições públicas, ela se manifesta no interesse político e institucional por projetos inclusivos de caráter global (Silva & Silva, 2022).

No projeto em tela, esse princípio funcionou como o eixo condutor para o investimento na formação do corpo técnico do MASJ¹². Foram realizadas capacitações para os servidores com o intuito de qualificar e humanizar o acolhimento aos visitantes com deficiência, impulsionando tanto a mobilização interna dos profissionais quanto o refinamento de suas ações de mediação. O corpo técnico reuniu-se periodicamente para discutir temas pertinentes à divulgação científica, atualizando os conteúdos mediados nas exposições. A realização de seminários e oficinas, subsidiada por leituras bibliográficas especializadas, constituiu a principal estratégia para o aperfeiçoamento desses saberes.

O primeiro ciclo formativo abarcou o conceito de tecnologia nas ciências humanas e o desenvolvimento tecnológico em sambaquis e nos seus estudos arqueológicos, oferecendo subsídios teóricos para as abordagens do público. As discussões evoluíram para reflexões sobre a apropriação da ciência na sociedade de classes, a circulação do conhecimento na sociedade da informação, a divulgação científica em sociedades de risco e o papel político dos museus face às narrativas hegemônicas. Outro núcleo temático abordou a evolução humana e a ocupação das Américas, com enfoque no desenvolvimento cerebral. Foram debatidas as dispersões do gênero *Homo* pelos continentes, as interações entre espécies coexistentes, os processos de adaptação a meios extremos, bem como a emergência da fala, das ferramentas e da cultura material.

Na sequência, o tema evolução da paisagem também foi discutido destacando o conceito de paisagem, lugar e ocupação, relacionado com o sistema cultural sambaquiano. Por fim, a acessibilidade em espaços museais foi debatida como ferramenta prática de transformação. A reconfiguração do museu em um ambiente que privilegia a multissensorialidade rompe com a exclusão histórica de públicos minorizados. Dessas reflexões, emergiram pontos críticos, tais como: a falta de empatia

¹² Executada no escopo do projeto “50 anos de atendimento educativo no Sistema Expositivo do MASJ: acessibilidade e fortalecimento das ações de difusão do Conhecimento Científico”, Chamada Museus 2022 – CNPq.

social nos espaços públicos frente à diversidade funcional; os desafios enfrentados pelos indivíduos e por seus núcleos familiares para acessar direitos básicos em locais coletivos; e a urgência em adaptar materiais educativos para qualificar a experiência museológica.

Diante disso, constata-se que o direito à cultura, no âmbito das políticas públicas, frequentemente se limitou a oferecer barreiras físicas mitigadas (acessibilidade arquitetônica), negligenciando o acesso pleno ao objeto cultural e à sua carga cognitiva (Dorneles et al., 2018). A acessibilidade cultural, contudo, é polissêmica e engloba diferentes dimensões: a arquitetônica (eliminação de barreiras físicas); a comunicacional (disponibilização de recursos como audiodescrição, Língua Brasileira de Sinais [Libras], legenda para surdos e ensurdecidos [LSE] e textos em Braille); a atitudinal (sensibilização para extinguir estigmas); a digital (padrões de acessibilidade na web para acervos online); e as dimensões metodológica, programática e instrumental (adequação de editais e metodologias de ensino). À medida que os aparelhos culturais se empenham em garantir esses direitos, toda a sociedade é diretamente beneficiada. Alinhada a esse pensamento, Viviane Sarraf aponta que:

No universo da cultura, podemos afirmar a existência de um conceito de Acessibilidade Cultural que pressupõe que os espaços públicos e privados que acolhem os diferentes tipos de produção cultural como exposições, espetáculos, audiovisual, cursos, oficinas, eventos e todos os demais tipos de ofertas, devem oferecer um conjunto de adequações, medidas e atitudes que proporcionem bem-estar, acolhimento e acesso à fruição cultural para pessoas com deficiência, beneficiando públicos diversos (SARRAF, 2018, p. 25).

Portanto, a acessibilidade cultural define-se pela articulação sinérgica entre os meios de inclusão, o produto cultural e a cadeia de produção, assegurando que as pessoas com deficiência não apenas usufruam, mas também construam cultura. Trata-se de democratizar o acesso por meio da apreensão multissensorial do conhecimento (Correia et al., 2023). Vale ressaltar que, em 2008, essa pauta ganhou força institucional sob o lema internacional “Nada sobre nós, sem nós”, durante a Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência, vinculada à antiga Secretaria de Identidade e Diversidade (SID) do então Ministério da Cultura (MinC) (Dorneles et al., 2021).

A partir dessa articulação, as diretrizes foram reiteradas em decretos e normativas nacionais, priorizando-se a formação de gestores culturais. Desse movimento, surgiu o Laboratório de Arte, Cultura, Acessibilidade e Saúde, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LACAS/UFRJ), responsável pelo primeiro

curso de pós-graduação da América Latina dedicado à temática, fruto de uma parceria estratégica com o MinC (Dorneles et al., 2021). Desse modo, Dorneles et al. (2018) reforçam que a mediação qualificada constitui a principal estratégia para que os equipamentos culturais acolham as variadas manifestações da diversidade humana.

No MASJ, as ações transcenderam o treinamento atitudinal da equipe. O processo de mediação foi reformulado para compreender a pessoa com deficiência como coprodutora e especialista de sua própria experiência, estimulando a vivência do espaço museal pelas vias estética e experimental. Para tanto, o museu disponibilizou recursos táteis e sensoriais, permitindo que o público com deficiência visual contemplasse peças do acervo original por meio do toque, além de disponibilizar textos informativos em Braille e mapas táteis.

Conforme postula Ramos (2004), a mediação é um imperativo para o público geral, pois exige um aporte de sensibilidade para que a relação entre o visitante e a exposição se converta em reflexão crítica. Alves (2016) define a mediação como o ato de ir ao encontro do repertório e do interesse do outro para criar diálogos e aproximações, funcionando como um potente dispositivo de acessibilidade atitudinal. Sob essa perspectiva, o ato de visitar deixa de ser meramente contemplativo e passa a ser participativo. Defende-se, portanto, que a mediação explore múltiplos sentidos corporais — distanciando-se do "ver aristocrático" criticado por Suano (1986). Afinal, as instituições utilizam a mediação cultural para habitar as zonas de trânsito e articular saberes, apostando na potência de aprender com a alteridade (Alves, 2016).

Da mesma forma que a vertente atitudinal, a acessibilidade estética constitui uma via indispensável de apropriação dos espaços culturais, embora seja frequentemente preterida em manuais estritamente técnicos. Estes últimos, embora necessários, não esgotam a complexidade das interações humanas e dos programas públicos (Alves & Moraes, 2019). A acessibilidade estética propõe uma interação profunda por meio da experiência sensorial. Nesse caso, a interdependência é primordial para tecer conexões com diferentes corpos, trajetórias de vida e sensorialidades, uma vez que o contato com o acervo arqueológico só se realiza plenamente na relação dialógica e na troca de saberes. Cuidado, interdependência e potencialidade constituem, assim, os pilares necessários para fundamentar a acessibilidade estética — premissas estas que nortearam a produção e a elaboração dos kits didáticos expostos a seguir.

Produção e elaboração dos kits didáticos e a acessibilidade cultural e estética

A produção de kits didáticos, prevista como um desdobramento do projeto em tela, ocorreu com a formação de quatro grupos de trabalho compostos por funcionários do MASJ, pesquisadores externos e membros das comunidades de pessoas com deficiência. Os grupos realizaram oficinas para estudar a temática e elaborar conteúdos e suportes de apoio à divulgação (mobiliário, banners, fichas de conteúdos, brinquedos, etc.). O desafio principal era garantir o acesso universal dos públicos aos kits elaborados. A orientação dada aos grupos foi a de incluírem em seus projetos materiais leves, resistentes, de fácil transporte e que garantissem o manuseio e a acessibilidade de informações para diversos públicos.

Os kits didáticos foram planejados e produzidos para oportunizar à pessoa com deficiência uma mobilização diante da exposição a partir daquilo que a constitui, não daquilo que falta em seu corpo. O oferecimento de peças de acervos para o manuseio, textos em braille e a explicação oral de monitores junto à exposição à pessoa com deficiência uma experiência cultural significativa.

Alguns dos kits são oferecidos para empréstimo a escolas e grupos para que haja a promoção da prática museológica *in situ*, objetivando uma educação com profundidade, envolvendo a percepção crítica sobre o mundo e mostrando a relação histórica entre objetos atuais com os de tempos pretéritos. Desse modo, busca-se que o público escolar exercite o hábito de lê-los e relacioná-los com o que se vive no presente, gerando uma reflexão sobre o que é ser e estar no mundo. Tal ação é precedida de orientações para professores por meio de formações (Ramos, 2004).

A intenção de fazer do museu um espaço educativo, crítico e político tem nos kits didáticos uma ferramenta imprescindível, à medida que estes oportunizam a reflexão, o questionamento e a percepção dos objetos expostos, relacionando-os com as questões presentes. Entendemos que é a partir do presente que acionamos o passado para refletirmos sobre as vicissitudes da vida humana. Assim, o uso desses recursos fortalece a relação museu-escola, estabelecendo parcerias informais, porém eficientes, visando a preservação do patrimônio cultural atrelada à construção da cidadania. O tempo presente vive um paradoxo complexo que pendula entre a intensa produção do conhecimento científico e a sua negação por diversos setores da sociedade. Tal fenômeno requer enfrentamentos e, no nosso entendimento, ações de divulgação científica aliadas aos princípios da educação inclusiva são importantes para o fortalecimento e valorização do fazer pedagógico e para a transformação do mundo (Ramos, 2004).

Motivada por esses princípios, foi elaborada a primeira unidade dos kits didáticos, que tratou do tema “matéria-prima e tecnologia”. Para tanto, foi confeccionado

um painel multissensorial com características montessorianas, objetivando atender, preferencialmente, ao público infantil e neurodivergente. O painel apresenta, de forma lúdica e interativa, aspectos relacionados à disponibilidade e ao uso de matérias-primas diversas, bem como a elaboração de artefatos a partir desses recursos. O dispositivo é composto de objetos tridimensionais com sons, texturas, luz e imagens que provocam os sentidos das pessoas que por ali circulam. Instalado na área da exposição “Acervos do Museu Sambaqui: Coisas a Olhar”, é acessado pelo público visitante em geral, sobretudo pelas pessoas neurodivergentes, que podem apresentar dificuldades de interação social, inclusive a de adentrar a exposição, devido a quantidade de estímulos (iluminação, cores, sons, cheiros, etc.). Com o painel, o sentimento de pertencimento e inclusão se instala à medida que usufruem desse recurso. Além dos painéis, foram disponibilizados três cubos que apresentam artefatos tridimensionais, os quais oferecem uma experiência sensível aos visitantes neurodivergentes, preparando-os e estimulando-os a adentrarem no espaço expositivo, à medida que um vínculo de segurança e previsibilidade se estabelece.

Pensando na relação museu-escola, uma versão reduzida dos painéis é disponibilizada às unidades escolares (Figura 1). O empréstimo é precedido de reserva junto ao setor educativo do MASJ, sendo o professor responsável pela retirada e devolução do material, mediante preenchimento e conferência do Termo de Cessão e Avaliação. Durante o processo de retirada, é oferecida uma oficina onde a equipe do museu apresenta o material, proporcionando o repasse de conteúdo e formas de utilizá-lo.

O segundo desdobramento desse kit consistiu em um livro para colorir de título “Um dia de aventuras de Tiê” (MASJ, 2024), cujo personagem principal remete a uma criança indígena chamada Tiê (Figura 2), retratando a passagem de um dia da vida do personagem com seu grupo no entorno de um sambaqui fictício. Durante o processo de criação, optou-se por ilustrar a história no formato de conto infantil para colorir. Ao final, foi elaborada uma série de atividades, como palavras cruzadas, ligue os pontos e jogo dos sete erros. A história foi apresentada em dois idiomas (português e inglês) e estruturada em dois suportes: o impresso, que será distribuído ao público da educação infantil e séries iniciais durante a visita ao museu; e o digital, disponibilizado ao público em geral no site em realidade virtual (VR) do MASJ¹³.

O segundo kit teve como proposta a ampliação do módulo sobre evolução humana apresentado na exposição temporária “Sambaquis: montes de concha, montes de

¹³ Disponível em: <https://sambaquijoinville.sitevr.com.br>

história”. Esse recurso conta com um conjunto de doze hemicrânios de hominídeos em resina de alta resistência, disponíveis ao toque como forma de possibilitar a interação direta entre o público e o material. As peças estão dispostas em um mobiliário que, além de acondicioná-las, apresenta informações textuais e imagéticas para ilustrar o tema, contando com suportes que auxiliam no atendimento do público em geral, em especial as pessoas com deficiência visual (Figuras 3 e 4).

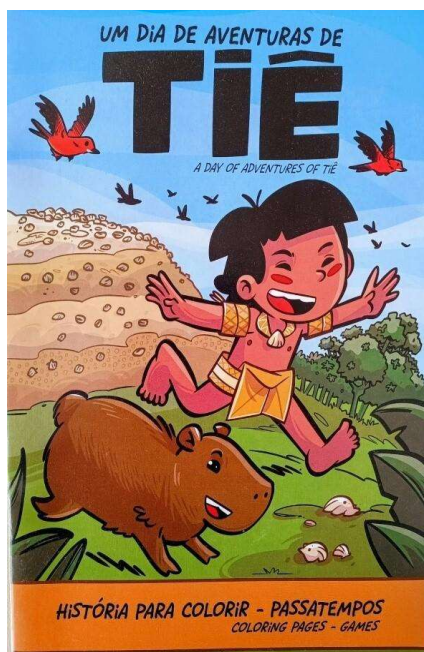
O kit é composto, ainda, por painéis instalados na área da exposição principal, que apresentam conteúdos voltados à temática da origem e evolução da vida. Eles foram dedicados a promover reflexões sobre a dispersão do *Homo sapiens* pelo globo e a debater a história da Terra desde a sua origem, por volta de 4,5 bilhões de anos atrás, até projeções para o futuro de cerca de 100 milhões de anos (Figura 5). Todo esse material foi pensado e desenvolvido com foco nos públicos do Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Ensino Superior.

Figura 1 – Kit Didático 1 – Conjunto para empréstimos às escolas



Fonte: produzida pelo autor

Figura 2 – Capa do Livro de colorir “Um dia de aventuras de Tiê”



Fonte: produzida pelo autor

Figura 3 – Acondicionamento dos hemicrânios de hominídeos



Fonte: produzida pelo autor

Figura 4 – Kit didático 2 – Evolução humana e diversidade cultural: Mobiliário de apresentação e acondicionamento



Fonte: produzida pelo autor

Adicionalmente, compondo o segundo kit, foi confeccionado um móvel em estrutura metálica (alumínio) com o tampo superior em metal imantável (Figura 4). Suas laterais e frente foram plotadas com imagens que representam a diversidade humana e a capacidade de adaptação de nossa espécie aos mais variados ambientes e condições. Um conjunto de informações de apoio foi produzido apresentando dados imagéticos, com foco especial no continente africano. O aparato conta com cinco banners imantados dispostos no tampo da estrutura, além de um banner em lona que apresenta a escala de evolução dos hominídeos. Outrossim, foram confeccionados dois conjuntos de 41 fichas imantadas com diversas informações e dados sobre os hominídeos. Parte desse material é disponibilizada para empréstimo e itinerância nas unidades escolares.

Figura 5 – Kit Didático 2 – Evolução humana e diversidade cultural: Painéis inseridos em área expositiva



Fonte: produzida pelo autor

O terceiro kit é constituído por um painel interativo no formato de jogo da memória, destacando a função social do museu (Figura 6). O painel apresenta dezesseis imagens inter-relacionadas sobre a temática dos museus e a diversidade cultural. O grupo responsável optou por apresentar esse conjunto de conceitos e imagens em um suporte instalado na parede de entrada do salão de exposição de longa duração. O objetivo é provocar o público visitante a refletir sobre o papel da instituição museal na sociedade atual, além de apresentar os princípios e valores defendidos pelo MASJ. Desse modo, reforça-se a perspectiva histórica de lutas do museu e a defesa da preservação do patrimônio cultural associada à construção de uma melhor qualidade de vida para todos. Em um dos lados de cada placa móvel, foi inserida a logomarca do museu; no outro, imagens e conceitos-chave: direito à terra, direito à diferença, respeito às crenças, inclusão, antirracismo, solidariedade, conservação da biodiversidade e dignidade humana. A dinâmica assemelha-se a um jogo de memória tradicional, cabendo ao público memorizar a imagem ou a palavra para realizar a correspondência correta entre elas.

Figura 6 – Kit Didático 4 – O Papel Social dos Museus



Fonte: produzida pelo autor

O quarto kit apresentou a trajetória da ocupação indígena na região da Baía Babitonga. A equipe responsável produziu o audiovisual intitulado “10.000 anos em 5 minutos” (MASJ, 2024), que aborda desde os caçadores-coletores Umbu — representantes do início da presença humana na região e de seus feitos — até o surgimento dos sambaquis como uma nova forma de habitação e utilização do espaço. O material também abarca os primeiros ceramistas, ancestrais de grupos indígenas da família linguística Jê, além do povo Guarani, retratando suas produções de peças em cerâmica datadas de 600 anos antes do presente e suas cestarias nos dias atuais. O vídeo é disponibilizado em três idiomas (português, inglês e Libras) e tem como público-alvo adultos e estudantes do Ensino Médio e do Ensino Superior.

Além dos kits confeccionados, o projeto previu a implantação de recursos acessíveis voltados para pessoas com deficiência. Entre as ações realizadas, destacam-se a instalação de duas *smart* TVs com conteúdo legendado em português, inglês e Libras, e a introdução de recursos táteis na área expositiva do museu — medida de fundamental importância para qualificar e potencializar as ações de divulgação científica. O espaço recebeu, ainda, um circuito de piso tátil na sala expositiva principal e um conjunto informativo para a mostra “Acervos do Museu Sambaqui: coisas a olhar”. Essas informações básicas sobre a ciência arqueológica, seus objetos, métodos e contribuições para a sociedade foram dispostas em doze fichas de polietileno com impressão em Braille, tornando-as inteiramente acessíveis ao toque (Figura 7). O mesmo conteúdo foi impresso em tinta para atender ao público vidente. As fichas ficam

acomodadas em um suporte de acrílico que garante a acessibilidade e o fácil manuseio pelo visitante.

Figura 7 – Fichas com apresentação do conteúdo em Braille



Fonte: produzida pelo autor

Figura 8 – Piso tátil implantado em área expositiva



Fonte: produzida pelo autor

Também foi implantado um mapa tátil (Figura 9) no setor de acesso principal do público ao prédio do museu. O recurso apresenta a planta baixa do edifício com as alas de circulação de visitantes, bem como os setores de acesso exclusivo, devidamente destacados em alto e baixo relevo. Essas informações foram gravadas em uma placa de aço inox fixada sobre um suporte de metal galvanizado. Destaca-se, ainda, o circuito disponível ao público em geral, que engloba os espaços expositivos, o auditório e os

banheiros, entre outros ambientes. Para guiar os visitantes, foi criado um sistema de legenda que indica cada espaço e sua respectiva função, auxiliando na compreensão da própria cadeia operatória do museu.

Figura 9 – Mapa tátil do edifício sede do museu



Fonte: produzida pelo autor

A disponibilização desse conjunto de informações e recursos museográficos qualificou o espaço museal, oportunizando melhores condições para a fruição do conhecimento científico com o qual o público interage cotidianamente. Vale ressaltar que esses recursos possuem flexibilidade de aplicação, podendo ser adaptados e manejados dependendo das variáveis e das demandas específicas de cada atendimento.

Para além da entrega física dos materiais, a validação das ações e o aprofundamento do estudo de caso deram-se por meio de uma abordagem qualitativa de escuta e observação participante. A avaliação dos recursos de acessibilidade contou com a consultoria e o retorno direto dos membros da Associação Joinvilense para Integração dos Deficientes Visuais (AJIDEVI), que auxiliou no desenvolvimento das primeiras ações com esse público, e realizou avaliações de eficácia da maioria dos recursos disponibilizados durante a execução da proposta, além do auxílio de visitantes neurodivergentes durante as ações de mediação de testagem. Embora não tenham sido aplicadas entrevistas estruturadas, foram realizados registros de depoimentos orais espontâneos, relatos dos professores regentes que retiraram os kits e relatórios de observação técnica das equipes de monitores. Os dados indicaram que o estabelecimento de previsibilidade (por meio dos cubos de autorregulação) reduziu, sensivelmente, crises de sobrecarga sensorial em crianças neurodivergentes, enquanto o manuseio dos artefatos originais, peças texturizadas e das fichas em Braille permitiu que os visitantes cegos reconstruíssem, de forma autônoma, a volumetria e a

espacialidade dos artefatos arqueológicos, confirmando a eficácia pedagógica e a acessibilidade estética dos dispositivos.

4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento de ações e projetos sistematizados, visando à ampliação do acesso do público ao conhecimento produzido pelas instituições museais e seus pesquisadores, é parte indissociável da consolidação de políticas públicas de investimento em pesquisa, fortalecendo tais instituições como centros de investigação e difusão do conhecimento científico.

A partir das experiências de acessibilidade e inclusão apresentadas pelo MASJ, conclui-se que a acessibilidade cultural — compreendida aqui como o pleno exercício da cidadania cultural e da fruição do patrimônio — pode ser plenamente assegurada no espaço museal por meio da articulação de suas dimensões física, atitudinal, comunicacional e estética, tomando como referência as práticas descritas neste artigo.

Estratégias voltadas para um acolhimento e atendimento humanizados — tais como a formação contínua de profissionais, a interlocução direta com as comunidades de pessoas com deficiência, a busca pelo trabalho em rede intersetorial e a oferta de materiais expositivos de cunho sensorial — mostram-se capazes de garantir a acessibilidade, ainda que de forma gradual, a fim de incluir esse público em espaços de memória. Tais ações não esgotam as possibilidades ilimitadas que podem auxiliar na inclusão, dado que as pessoas com deficiência são dotadas de múltiplas e complexas características.

O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville avança no sentido de alcançar e experimentar formas de dialogar com os diversos públicos a fim de proporcionar um ambiente universalmente acessível, compreendendo que as pessoas com deficiência são plenamente capazes de vivenciar um espaço cultural, desde que lhes sejam oportunizadas as condições necessárias.

Com o apoio de pessoas com deficiência que vivenciam a dificuldade de acessar espaços culturais de forma cotidiana, a partir de troca de experiências *in loco*, o MASJ entende que a acessibilidade ultrapassa as barreiras visíveis: a quebra de barreiras invisíveis — como as atitudinais, políticas, culturais, econômicas e comunicacionais — é extremamente necessária para que ocorra a inclusão efetiva devendo imperar, sobretudo, o entendimento de que ao exercitarmos o princípio do acesso irrestrito a esse público, toda a sociedade será plenamente contemplada.

Referências bibliográficas

ALVES, C. **E se experimentássemos mais? Um manual não técnico de acessibilidade em espaços culturais.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2016. 89 p. Disponível em: https://app.uff.br/slab/uploads/2016_d_Camila.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

ALVES, C. A.; MORAES, M. Proposições não técnicas para uma acessibilidade estética em museus: Uma prática de acolhimento e cuidado. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 484–502, 2019. DOI: 10.12957/epp.2019.44287. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/44287>. Acesso em: 11 jun. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Decreto Legislativo n.º 186, de 9 de julho de 2008. Dispõe sobre aprovação do texto da Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF, 10 Jul. 2008. Seção 1, Edição 131, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília – DF, 3 de dezembro de 2004, p. 5. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 16 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília – DF, 26 de agosto de 2009, p. 3. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília - DF, 07 de julho de 2015. Seção 1. p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília – DF, 15 de janeiro de 2009. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm#art70. Acesso em: 24 out. 2024.

CARDOSO, E. Recursos de acessibilidade em ambientes culturais: contextualização e aplicações. In: Cardoso E; Cuty J. (orgs) **Acessibilidade em ambientes culturais.** Porto Alegre: Marca Visual, 2012, pp. 38-59.

CORREIA, R. L.; TEIXEIRA, P. de O.; BARBOSA, S. de S.; ARAUJO, M. L. de. Acessibilidade Cultural Participativa: um modo de agir em desenvolvimento local participativo. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 607–619, 2023. DOI:

10.20435/inter.v24i2.3409. Disponível em:
<https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3409>. Acesso em: 18 jun. 2024.

DINIZ, D. **O que é Deficiência?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. 96 p.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009. DOI 10.1590/S1806-64452009000200004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

DORNELES, P. S.; SALASAR, D. N. Acessibilidade Cultural. **Expressa Extensão**, v. 23, p. 05-16, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/viewFile/14235/8682>. Acesso em 01 de jul. de 2024.

DORNELES, P. S.; CABRAL, I. M.; CARVALHO, C. R. A. de. Acessibilidade cultural: da formação para a política cultural. **Revista UFG**, Goiânia, v. 21, n. 27, 2021. DOI 10.5216/revufg.v21.70423. Disponível em:
<https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/70423>. Acesso em: 11 jul. 2024.

DORNELES, P. S.; CARVALHO, C. R. A. de; SILVA, A. C. C.; MEFANO, V.

Do Direito Cultural das Pessoas com Deficiência. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, v. 22, n. 1, p. 138–154. 2018. DOI 10.18764/2178-2865.v22n1p138-154. Disponível em:
<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9225>. Acesso em: 11 jul. 2024.

DRAGO, R.; GABRIEL, E. A pessoa com deficiência e a educação especial no Brasil nos últimos 200 anos: sujeitos, conceitos e interpretações. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.36, e73415, 2023. DOI 10.5902/1984686x73415. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>

Acesso em: 11 jul. 2024.

FREITAS, M. C. de. Educação inclusiva: Diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 53, p. e10084, 2023. DOI 10.1590/1980531410084. Disponível em:
<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10084>. Acesso em: 18 jul. 2024.

FORESTI, T.; BOUSFIELD, A. B. da S. A compreensão da deficiência a partir das teorias dos modelos médico e social. *Psicologia Política*. vol. 22. n.55. pp. 654-667. 2022. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2022000300010. Acesso em: 29 jun. 2026.

GARCIA, V. G. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho – histórico e contexto contemporâneo**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas. São Paulo. 2010. 199 p. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/782607>. Acesso em: 19 set. 2024.

GESSER, M.; MORAES, M. Ofensivas capacitistas e o medo de um planeta aleijado: desafios para o ativismo deficiente. **Athenea Digital. Revista de pensamento e investigação social**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. e3310, 2023. DOI: 10.5565/rev/athenea.3310. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v23-n2-gesser-moraes>. Acesso em: 18 jul. 2025.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **Museum Definition**. Prague, 2022. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em 02 mai. 2024.

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004. 243 p.

JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. **Plano museológico** Joinville: Prefeitura Municipal de Joinville; Fundação Cultural de Joinville, 2010.

MASJ - MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE. **Plano Museológico**. Joinville: mimeo, 2010.

MASJ - MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE. **Um dia de aventuras de Tiê**. Joinville: Instituto Caranguejo Ambiental; Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, 2024. 24 p. Disponível em: <https://sambaquijoinville.sitevr.com.br/>. Acesso em: 22 dez. 2024.

MASJ - MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE; INSTITUTO CARANGUEJO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **10000 anos em 5 minutos**. YouTube, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FOryoQrNyK>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MELLO, A. G. de; AYDOS, V.; SCHUCH P. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 28, n. 64, p. 7-29, 2022. DOI 10.1590/S0104-71832022000300001. Disponível em: <https://www.scielo.br/hj/ha/a/tvSdXddtyn4vNzwtTRFXLNp/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MOISES, R. R.; STOCKMANN, D. A pessoa com deficiência no curso da história: aspectos sociais, culturais e políticos. **History of Education in Latin America - HistELA**, [S. l.], v. 3, p. e20780, 2020. DOI: 10.21680/2596-0113.2020v3n0ID20780. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/20780>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PEREIRA, J. A.; SARAIVA, J. M. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão a inclusão social. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168–185, 2017. DOI: 10.26512/ser_social.v19i40.14677. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677. Acesso em: 27 jun. 2024.

RAMOS, F. R. L. **A danação do objeto: o museu no ensino de História**. Chapecó: Argos Editora – UNICHAPECÓ. 2004. 178 p.

ROSSETTO, E.; ADAMI, A. S.; KREMER, J.; PAGANI, N.; SILVA, M. T. N. ASPECTOS HISTÓRICOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 103–108, 2000. DOI: 10.17648/educare.v1i1.1013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1013>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SASSAKI, R. K. Como chamar as pessoas que têm deficiência? **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, ano 1, n. 1, p. 8-11, 2003. Disponível em: https://moodle.unesp.br/pluginfile.php/110150/mod_folder/content/0/Como_chamar_as_pessoas_que_tem_deficiencia.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 58, p. 20-30, 2007. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s2.pdf>. Acesso em 03 dez. 2024.

SARRAF, Viviane. Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência - benefício para todos. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, n. 6, pp. 23 - 43, junho 2018. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/880ce1b3/05a2/471a/ac12/584647f155f1.pdf>. Acesso em 04. dez. 2024.

SILVA, C. A. F. da; SILVA, A. P. O. da. A Acessibilidade Cultural e as políticas públicas nos espaços culturais. **Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas**,

Florianópolis, v. 3, n. 45, p. 1–28, 2022. DOI: 10.5965/1414573103452022e0201.
Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/22248>.
Acesso em 20 jan. 2025.

SUANO, M. **O que é museu?** São Paulo: Editora Brasiliense S.A. 1986. 101 p.